

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	7
2. DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO AO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL.....	9
3. O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL.....	25
3.1. Previsão Legal (criação pela Lei nº13.964/19 - Pacote Anticrime).....	26
3.2. Natureza Jurídica, Conceito, Regulamentação e Legitimidade Ativa	39
3.3. Momento para celebração do Acordo Extrajudicial e Judicial.....	64
3.4. Parâmetros para o acordo e a aplicação das Obrigações	77
3.5. Obrigações semelhantes às sanções	101
a) Da multa	104
b) Da proibição de contratar e receber benefícios do Poder Público	107
c) Da renúncia ao cargo público	108
d) Da Renúncia ao concorrer a cargo político/suspensão dos poderes políticos	112
3.6. Necessidade de Sindicabilidade	116
3.7. Da execução do Acordo de Não Persecução Cível	120
4. MODELOS	127
4.1. Acordo de Não Persecução Cível e Acordo de Não Persecução Penal	127
4.2. Modelo de Acordo de Não Persecução Cível - Judicial	135
ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL.....	135
4.3. Modelo de Acordo de Não Persecução Cível – Extrajudicial.....	139
ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL.....	139
5. RESOLUÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	143
6. RESOLUÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO	149
7. REFERÊNCIAS.....	160